

# REGIME DE INFORMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA A POPULAÇÃO LGBTI+ NO BRASIL

Email:  
nonatobiblio@gmail.com  
isafreire@globo.com

Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos<sup>1</sup>, Isa Maria Freire<sup>2</sup>

## RESUMO

Apresenta projeto de tese com o objetivo geral de delinear o regime de informação das políticas públicas estaduais para a população LGBTI+ no Brasil, identificando os elementos que o compõem (atores sociais, dispositivos e artefatos) e as ações de informação desenvolvidas. Fundamentado nos pressupostos teóricos da Ciência da Informação, o referencial teórico relaciona os conceitos de gênero, diversidade sexual e regime de informação. A metodologia propõe a postura do paradigma indiciário para o desenvolvimento da pesquisa, classificando-a como quali-quantitativa, quanto à sua abordagem; aplicada, quanto à sua natureza; descritiva, quanto aos seus objetivos; e documental, quanto aos seus procedimentos.

**Palavras-chave:** Regime de informação. Políticas de informação. Gênero - Conceitos. Diversidade sexual.

## ABSTRACT

It presents a thesis project with the general objective of outlining the information regime of the state public policies for the LGBTI + population in Brazil, identifying the elements that compose it (social actors, devices and artifacts) and the information actions developed. Based on the theoretical assumptions of Information Science, the theoretical reference relates the concepts of gender, sexual diversity and information regime. The methodology proposes the posture of the indiciary paradigm for the development of the research, classifying it as quali-quantitative, when its approach; applied in nature; descriptive as to its objectives; and document, as its procedures.

**Keywords:** Information regime. Information policies. Gender - Concepts. Sexual diversity.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo vincula-se a pesquisa de tese em fase de desenvolvimento, intitulado “Regime de informação das políticas públicas estaduais para a população LGBTI+<sup>3</sup> no Brasil”,

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Bibliotecário da Universidade Federal do Ceará, Brasil. E-mail: [nonatobiblio@gmail.com](mailto:nonatobiblio@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: [isafreire@globo.com](mailto:isafreire@globo.com).

<sup>3</sup> Seguimos as orientações do Manual de Comunicação LGBTI+, publicado em 2018 pela Aliança Nacional LGBTI+ e a Rede GayLatino, quanto ao uso da sigla LGBTI+, referindo-se ao grupo social formado por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais e demais pessoas que não se encaixam nas classificações para a orientação sexual, identidade e expressão de gênero (como travestis, *drag queens*, *dragkings*, *crossdressers*, transformistas, agênero, gênero fluido, *queer*, não-binário e outras) (REIS, 2018).

desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

A sociedade contemporânea tem experimentado o desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e de comunicação, sendo caracterizada com denominações variadas: sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem, sociedade em rede, sociedade pós-moderna, sociedade líquida, dentre outras. Independentemente da designação adotada, desde a Segunda Guerra Mundial, o mundo tem passado por momentos de rupturas de paradigmas, repensando diversas concepções normativas, inclusive àquelas ligadas à sexualidade humana e identidade de gênero.

Foucault (2005) relacionou o desenvolvimento do capitalismo com a segmentação das pessoas a partir de suas práticas sexuais. O autor reforça a relação entre poder, gênero e sexualidade: quem não se encaixa no padrão de sexualidade considerado “normal”, a heterossexualidade, de imediato transforma-se em pária. Historicamente, a partir do final do século XIX, as instituições de regulação social, como a ciência e as religiões, reforçaram a adoção do termo homossexualismo, com o intuito explícito ou implícito de apontar como pecado ou enfermidade o relacionamento afetivo-sexual entre pessoas de um mesmo sexo.

No século XX, os estudos sobre gênero surgiram no seio do movimento feminista, encontrando um campo fértil para desenvolvimento no meio acadêmico, sendo comumente atrelado aos campos científicos das Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Psicologia e Educação. Esses estudos propunham uma visão de gênero enquanto construção social e categoria de análise, buscando diferenciar a dimensão biológica (anatomia definindo machos e fêmeas) da dimensão social e cultural (construção social sobre ser homem e sobre ser mulher) (SCOTT, 1990; SAFFIOTI, 1992).

Dessa forma, os estudos de gênero permitem analisar as diferentes civilizações, em diversos períodos históricos, e os diversos fenômenos sociais como o trabalho, as religiões, a política, a educação, as guerras, a saúde, a sexualidade, bem como a esfera pública e privada das pessoas etc.

## *2 O CENÁRIO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*

A Ciência da Informação (CI), enquanto área multidisciplinar, também vem refletindo sobre o tema, ainda que em estágio incipiente. Evidencia-se que a CI, enquanto uma Ciência Social Aplicada, pode propor e desenvolver pesquisas sobre os fenômenos e grupos sociais em pauta, cumprindo com sua responsabilidade social de campo científico (FREIRE, 2001, 2004). A temática da responsabilidade social tem sido alvo de muitos estudos em diversas áreas do conhecimento, pautando as agendas de pesquisas, de forma que a ciência possa contribuir para um mundo com diversidade, mais ético, sustentável e com mais qualidade de vida para os cidadãos.

Ademais, a Ciência da Informação desde seus primórdios tem desenvolvido estudos acerca de sua responsabilidade social. Para Cronin (2008), a perspectiva social na CI está presente desde os estudos da Biblioteconomia e, posteriormente, da Documentação. Harold Borko, na obra *“Information science: what is it?”*, de 1968, relaciona a Ciência da Informação como campo científico que tem como função social apoiar o avanço das demais áreas de

conhecimento, devido ao seu domínio dos processos de comunicação, disseminação e compartilhamento de informações.

Wersig e Nevelling (1975, p. 134) corroboram com Borko: “o problema de transmissão do conhecimento, para aqueles que dele necessitam, é uma responsabilidade social, e esta responsabilidade social parece ser o real fundamento da Ciência da Informação”. Wersig (1993, p. 234) avança na discussão, ao destacar que a Ciência da Informação

[...] exige o desenvolvimento de perspectivas que considerem a resolução de problemas internos ao campo científico e a estruturação do campo a partir dessa visão. [...] Estratégias têm que ser desenvolvidas para lidar com problemas sob condições caóticas, usando os conceitos disponíveis, ou “atratores”, para organizá-los.

Freire (2004), ressalta que a CI tem como função social a facilitação da comunicação da informação e do conhecimento:

[...] embora a informação sempre tenha sido uma poderosa força de transformação, o capital, a tecnologia, a multiplicação dos meios de comunicação de massa e sua influência na socialização dos indivíduos deram uma nova dimensão a esse potencial. Com isso, crescem as possibilidades de serem criados instrumentos para transferência efetiva da informação e do conhecimento, de modo a apoiar as atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade.

González de Gomez (2003, p. 32) corrobora com essa dimensão social da informação: a CI deve atuar como ciência que se ocupa com questões informacionais, propondo estratégias numa sociedade cada vez mais complexa e globalizada:

A Ciência da Informação [...] estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto “informação” for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem [...] o que se denomina informação constitui-se a partir das formas culturais de semantização de [...] experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição.

Ademais, a Ciência da Informação deve ter por base os territórios já ocupados pela Biblioteconomia e demais áreas multidisciplinares que dialoga, atuando “para uma responsabilidade social que ultrapasse os tradicionais sistemas de recuperação da informação” e se ocupe de uma agenda científica voltada para a compreensão do mundo e a solução de problemas cada vez mais complexos que emergem a cada dia (SERAFIM; FREIRE, 2012, p. 166). A partir desse cenário, retornamos a Wersig (1993), que ao colocar a responsabilidade social como cerne da Ciência da Informação, caracteriza-a como ciência pós-moderna que lida com problemas contemporâneos e não somente preocupada com conceitos e enunciados. E deve levar em conta o papel da tecnologia e da informação nos fenômenos sociais, pois

[...] a informação é um fenômeno que não se prende facilmente a conceitos e teorias gerais, estando relacionada a todas as áreas do conhecimento e se moldando aos interesses de cada uma delas. Além da dificuldade advinda da dinâmica própria ao seu objeto de estudo, construído a partir do olhar de várias disciplinas com as quais a

Ciência da informação se relaciona, há uma complexa relação com o contexto histórico da sociedade ocidental, o que resulta em uma multiplicidade de abordagens (FREIRE; FREIRE, 2009, p. 9).

Portanto, estudos sobre gênero, diversidade sexual e o grupo social reunido sob a sigla LGBTI+ são temas relevantes para a CI, considerando a informação um elemento-chave contra o preconceito, a discriminação e para se alcançar cidadania.

## 2.1 PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS

Contextualizando com o cenário supracitado, propomos a seguinte questão de pesquisa: De que forma está estruturado o regime de informação das políticas públicas estaduais voltadas para a população LGBTI+ no Brasil?

Partindo dessa problemática central, propomos as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

- a) Os estados brasileiros desenvolvem políticas públicas voltadas para a população LGBTI+?
- b) É possível delinear o regime de informação dessas políticas públicas?
- c) Quais atores sociais, artefatos e dispositivos podem ser identificadas nesse contexto?
- d) Quais ações de informação são desenvolvidas pelas coordenadorias?

O ponto de partida da pesquisa é a hipótese de que as políticas públicas estaduais para a população LGBTI+ no Brasil se desenvolvem no âmbito de um regime de informação, sendo constituído por ações de informação contextualizadas e que podem ser abordadas na perspectiva da interação entre atores sociais no processo de organização, produção e disponibilização de dispositivos e artefatos de informação.

Estabelecemos como objetivo geral da pesquisa delinear o regime de informação das políticas públicas estaduais para a população LGBTI+ no Brasil, identificando os elementos que o compõem (atores sociais, dispositivos e artefatos) e as ações de informação desenvolvidas.

A partir disto, traçamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Mapear o quadro administrativo das políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil, no âmbito do Poder Executivo das unidades federativas que compõem o país (26 estados e o Distrito Federal);
- b) Identificar os atores sociais, os dispositivos, os artefatos e as ações de informação que compõem o regime de informação do campo de pesquisa;
- c) Categorizar as ações de informações desenvolvidas por atores sociais institucionais das políticas públicas para a população LGBTI+.
- d) Compartilhar as informações coletadas do mapeamento e regime mediante a produção de uma página sobre Diversidade no Portal do LTI<sup>4</sup>;

---

<sup>4</sup>Disponível em [www.lti.pro.br](http://www.lti.pro.br)

## 2.2 JUSTIFICATIVA

Nos baseamos nas reflexões epistemológicas de Wersig e Nevelling (1975), Wersig (1993) e Freire (2001, 2004, 2013b), citadas anteriormente, que abordam a responsabilidade social da Ciência da Informação enquanto campo científico. Saracevic (1996, p. 41) aponta que a abordagem na solução de problemas tem sido uma característica da Ciência da Informação:

[...] Um campo é definido pelos problemas que são propostos e a ciência da informação é definida como um campo englobando tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los.

De acordo com Capurro e Hjørland (2007), sendo uma ciência ainda jovem, a CI vem buscando demarcar seu objeto de estudo, fortalecendo seu campo científico e sedimentar-se perante a comunidade científica. Sendo incluída entre as Ciências Sociais Aplicadas, e tendo como objeto a informação, a CI deve ultrapassar seu paradigma físico, atendo-se também ao seu paradigma social, no sentido de se debruçar sobre as relações entre grupos sociais, documentos, contextos, discursos, organizações e a informação.

Ademais, a informação, é um fator essencial que conduz ao empoderamento de atores sociais, bem como à construção e reconhecimento de identidade e cidadania na sociedade contemporânea para todos os grupos sociais, com ênfase para as denominadas minorias sociais, por estarem, permanentemente, à mercê da exclusão, da discriminação, do preconceito e até mesmo da violência. Portanto, a Ciência da Informação tem a responsabilidade de pesquisar e propor políticas e ações de informação que contribuam para a inclusão dos diversos grupos sociais, como as pessoas LGBTI+.

Conforme pesquisa realizada na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), as pesquisas na CI sobre a temática gênero e diversidade sexual são ainda incipientes e dispersas, apesar de algumas ações recentes que vêm se desenvolvendo. Identificou-se iniciativas seminais da abordagem dos estudos sobre gênero na CI, ligadas às questões do papel da mulher na ciência e as diferenças de gênero na produção e âmbito acadêmicos (ESPIRITO SANTO, 2008; BUFREM; NASCIMENTO, 2012). Outras questões, como a diversidade sexual e de identidade de gênero, têm aparecido ainda de forma periférica.

Portanto, é de interesse do campo científico da CI o desenvolvimento de estudos e pesquisas na temática proposta, inclusive indo de encontro à linha de pesquisa Ética, Gestão e Políticas de Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, que tem como ementa: “Teorias, metodologias e tecnologias voltadas à ética e responsabilidade social, à gestão da informação e do conhecimento, às políticas de informação e às redes sociais organizacionais.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2018).

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Propomos seguir o paradigma indiciário enquanto postura metodológica para ancorar o desenvolvimento da pesquisa. O historiador italiano Carlo Ginzburg cunhou a expressão ‘paradigma indiciário’, em 1979, em um ensaio intitulado *Sinais: raízes de um paradigma*

*indiciário*, para referir-se a um modelo epistemológico que era desenvolvido nas ciências humanas, medicina e outras áreas, mas que na realidade remontava aos princípios da história da humanidade. Segundo Ginzburg (1989, p. 151):

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo. Na falta de uma documentação verbal para se pôr ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, podemos recorrer às narrativas de fábulas, que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado.

O autor assinala que o desenvolvimento do conhecimento humano, tão antigo quanto a própria humanidade, tem início por meio de índices, ou seja, sinais ou pistas. Identificar sinais de inimigos, preparar armadilhas para caça, observar os astros etc., garantiu a sobrevivência do homem pré-histórico, bem como a evolução de sua inteligência.

Ao trazermos para o campo científico, o paradigma indiciário propõe uma postura metodológica para o fazer científico do pesquisador, seguindo a intuição (empírica e racional), similar ao trabalho de rastreamento de sinais de um caçador. Segundo Araújo (2006, p. 9) o paradigma indiciário

se traduz em um saber de tipo venatório [relativo à caça], caracterizado pela capacidade de a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal que possa se traduzir numa seqüência narrativa [...].

Sob o paradigma indiciário, a pesquisa é composta por fios, comparada por Ginzburg (1989) aos fios de um tapete, o que nos lembra a abordagem da rede conceitual que Wersig (1993) propõe para a Ciência da Informação. Segundo Araújo (2006, p. 10)

Colocados os conceitos básicos e definido o campo onde se realiza a investigação, enfim reunidos os indícios ou pistas do objeto de estudo, a visão do observador verá tomar forma uma “trama densa e homogênea” que será tecida no tear do quadro do referencial teórico. A coerência do padrão desenhado pela visão do observador é verificável percorrendo-se o tapete com os olhos em várias direções. O tapete é o paradigma que, a cada vez é usado e conforme o contexto, denomina-se venatório, divinatório, indiciário ou semiótico.

Araújo (2006) propõe em seu artigo o uso do paradigma indiciário como uma base metodológica para construção de uma epistemologia para a Ciência da Informação. Freire (2013a) pautou-se no paradigma indiciário no desenvolvimento de pesquisa sobre emergência de produção sobre a temática <responsabilidade social> no campo da Ciência da Informação no Brasil, também articulando com o modelo de rede conceitual proposto por Wersig (1993) para a Ciência da Informação.

Ademais, sendo uma Ciência Social Aplicada, é inerente da Ciência da Informação questionar o determinismo, rigor e objetividade das Ciências Naturais, pautando sua agenda científica com uma abordagem qualitativa, interpretativa e subjetiva do fenômeno informacional. Dessa forma,

Aqui cabe, de forma perfeita, o paradigma indiciário, como uma ferramenta preciosa que nos remete à cultura humana e nos faz retornar mais completos para a tarefa de interpretar e responder as questões colocadas pelo objeto/questões de estudo, que em sua essência é totalmente humano. (ARAÚJO, 2006, p. 10)

Dessa forma, adotaremos o paradigma indiciário enquanto método, guiando-nos na identificação e coleta de indícios que revelam um padrão que une os fios no tear conceitual da Ciência da Informação, desvendando a realidade de nosso campo de pesquisa em meio ao caos da sociedade contemporânea.

A seguir compreenderemos como nossos fios metodológicos permitem-nos articular teoria e realidade empírica, através de procedimentos exequíveis operacionalmente que interagem com os elementos teóricos apresentados, bem como a proposta de coleta e análise dos dados.

### *3.1 NATUREZA DA PESQUISA*

Propomos uma análise conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa, que nos permitirá recolher tanto dados como informações acerca do fenômeno, conferindo uma melhor análise do que se poderia conseguir utilizando as perspectivas isoladamente, aprofundando a compreensão do fenômeno. A pesquisa quantitativa nos fornecerá dados mensuráveis sobre a existência (ou não) de políticas públicas para a população LGBTI+ nos estados brasileiros. A pesquisa qualitativa nos permitirá compreender teórico-metodologicamente os estudos desenvolvidos na Ciência da Informação sobre o regime de informação, entender os conceitos de gênero, diversidade sexual e identidade de gênero. Partindo dos dados quantitativos, alinhados com as informações coletadas, delinear o regime de informação de nosso campo da pesquisa.

Quanto à pesquisa documental, é aquela realizada a partir de documentos de natureza diversa e se constitui em técnica importante na pesquisa qualitativa, complementando informações obtidas por outras técnicas e desvendando aspectos essenciais dos fenômenos estudados (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Sendo assim buscaremos através da pesquisa documental produzir uma “riqueza de informações” acerca dos temas propostos (regime de informação, gênero e diversidade sexual), construindo um “diálogo reflexivo entre as teorias e o fenômeno” em investigação, apoiada na interpretação e aprofundamento teórico acerca do estado da arte na Ciência da Informação (DESLANDES, 2012, p. 36).

Enquanto pesquisa descritiva, focaremos na descrição do fenômeno, delineando o regime de informação das políticas públicas para a população LGBTI+ nos estados brasileiros e o estabelecimento de relações entre o referencial teórico e os dados coletados (GIL, 1999).

Já a pesquisa aplicada, segundo Dalberio e Dalberio (2009), objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Pretende-se elaborar uma proposta de ação de informação que contemple a disseminação das informações coletadas e analisadas.

Para isso, a pesquisa se articulará com a rede de projetos em desenvolvimento no Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTI) da Universidade Federal da Paraíba, em nível operacional. O LTI é um espaço para a produção e disseminação de ações de informação com vistas à gestão de recursos e tecnologias para promover competências em informação na comunidade acadêmica de Ciência da Informação e sua inclusão na sociedade em rede, contribuindo para que a Ciência da Informação cumpra sua função de responsabilidade social enquanto campo científico. Através do Portal LTI, são disponibilizados produtos e serviços de informação.

A proposta é que, a partir dos resultados alcançados na pesquisa, seja criada uma página no Portal LTI para disponibilizar os *links* que reúnam informações de órgãos dos governos estaduais (serviços, publicações, legislação), e posteriormente incluir as ações do Governo Federal e também das capitais estaduais.

### 3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A Internet é um campo próspero para a pesquisa de caráter qualitativo e documental. Ao considerarmos os sites como documentos, no sentido de fontes de informação, o ciberespaço constitui-se no universo desta pesquisa. De acordo com Lévy (1999, p. 17) o ciberespaço é o,

[...] meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo [ciberespaço] especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico das informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

A internet constitui-se assim em novo campo para pesquisas, resultante do avanço científico e tecnológico da sociedade. Dessa forma tem ressignificado as propostas metodológicas de diversas áreas de conhecimento, ao constituir-se como um “lugar” onde diversos processos e fenômenos convergem (HINE, 2004).

No campo científico da Ciência da Informação, Araújo (1994) descreve esse processo de busca e coleta de informação na Internet como brauseio. Com origem no termo inglês *browsing*, ou seja navegar, que é aplicado na ação de procurar a esmo, deambular, vaguear. Para a autora, brausear é “a arte de não se saber o que se quer até que se o encontre”, como no caso de um usuário na biblioteca, que vagueia entre as estantes, colhendo indícios, analisando, folheando e selecionando textos, até montar a coleção de documentos que pretende levar emprestado (ARAÚJO, 1994, p. 189).

Em sua tese, Araújo aplicou a técnica do brauseio na análise do processo elaboração de estratégias de busca de informações em um sistema de recuperação da informação, que são testadas e avaliadas até o usuário encontrar aquilo que buscava. Freire (2013a, p. 7) caracteriza a técnica de coleta de dados do brauseio:

O brauseio é essencialmente visual e tem um forte componente de “acesso direto”; pode ser associado com formas e padrões em termos de imagens e distribuição do texto numa página ou numa tela de computador. Apesar dos critérios iniciais serem apenas parcialmente definidos, é uma atividade de busca, ocasionada por uma necessidade ou interesse de informação percebido [...]

Sendo nosso campo de pesquisa as políticas públicas para a população LGBTI+, institucionalizadas nos poderes executivos estaduais, buscaremos inicialmente indícios da existência dessas políticas. Será uma atividade de navegação, busca, identificação e coleta de indícios em portais da *web*, observando os discursos e as relações existentes, até resultar em um mapeamento que nos fornecerá um panorama geral de informações acerca de nosso campo de pesquisa.

Inicialmente, faremos um mapeamento das políticas públicas LGBTI+ nos estados brasileiros, através de navegação nos portais dos governos estaduais, buscando indícios que identifiquem os estados que têm em seu organograma uma coordenadoria específica para a população LGBTI+, quais os conteúdos disponíveis no site e as ações desenvolvidas.

Posteriormente, a partir do modelo do regime de informação, os dados serão organizados em quatro categorias, buscando identificar: os atores sociais, os dispositivos, os artefatos e as ações de informação.

#### *4 RESULTADOS ESPERADOS*

Com o desenvolvimento desta tese, espera-se validar ou refutar a hipótese apresentada. O estudo vertente pretende identificar e delinear o regime de informação das políticas públicas para a população LGBTI+ no âmbito dos estados brasileiros bem como categorizar as ações de informação desenvolvidas.

Os resultados alcançados poderão possibilitar a criação de uma página de conteúdos voltados para a população LGBTI+ no site do *LTi*.

#### *REFERÊNCIAS*

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Por uma ciência formativa e indiciária: proposta epistemológica para a Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., jan./jun. 2006.

ARAÚJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico conceitual. 1994. 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n.1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em:  
<<https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012.

CAPURRO, R. HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CRONIN, Blaise. The sociological turn in information science. **Journal of Information Science**, v. 34, p. 465-475, 2008.

DALBERIO, Osvaldo. DALBERIO, Maria Célia Borges. **Metodologia científica**: desafios e caminhos. São Paulo: Paulus, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2005.

FREIRE, Isa Maria A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramZero**, v. 5, n. 1, fev. 2004.

\_\_\_\_\_. Temática <responsabilidade social> na literatura da Ciência da Informação indexada pela BRAPCI. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. [**Anais...**]. Florianópolis: ANCIB, 2013a.

\_\_\_\_\_. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013b.

\_\_\_\_\_. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

HINE, Cristine. **Etnografia virtual**. Barcelona: UOC, 2004.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origens, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 05-22, 1990.

SERAFIM, Lucas Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 155-173, jul./set. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Linhas de pesquisa**. João Pessoa, 2018. Disponível em: <<http://www.ccsa.ufpb.br/ppgci>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, 1993.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, 1975.